

Juventude, polícia e democracia: o que pode mudar no Brasil após as jornadas de junho?

Silvia Ramos*

Quando pensamos nas manifestações iniciadas em junho de 2013 no Brasil, duas imagens vêm à cabeça, a de um jovem com o rosto coberto por uma camiseta e a de policiais usando força excessiva contra um professor, um jornalista ou contra anônimos na multidão. De fato, as polícias – assim como ocorreu em outros países – foram protagonistas dos protestos e em diversos momentos a violência policial foi responsável pela radicalização e pelo crescimento exponencial do número de participantes nas demonstrações de rua, alterando a dimensão do fenômeno.

As relações entre juventude e polícia são tradicionalmente tensas. No caso brasileiro, à tensão geracional combinam-se fortemente tensões raciais e territoriais, como já tive oportunidade de discutir no livro *Elemento suspeito*. A raiva cotidiana de jovens de periferia em relação à polícia já foi cantada ao longo das últimas décadas em músicas de rap e funk. Como diz O Rapa, num verso que tornou-se um hino de garotos de várias partes do país, *todo camburão tem um pouco de navio negreiro, ou era só mais uma dura, resquício da ditadura*.

Realmente a violência policial foi um elemento importante tanto na “Primavera Árabe”, como no caso especial da Turquia, nos “Occupy” da Europa e dos Estados Unidos e agora em 2014 na Ucrânia ou na Tailândia. Olhando para o fenômeno das respostas policiais às manifestações públicas nesse início de século nos damos conta de quanto as polícias se atrasaram na criação de mecanismos alternativos – ou adicionais – à força. A impressão que fica é que bombas de gás, balas de borracha ou os velhos escudos e cassetetes se tornaram obsoletos e inadequados. Nos tempos atuais em que as manifestações reúnem milhares de participantes heterogêneos e não comandados por lideranças identificáveis, as armas de controle policial parecem ter se tornado elas mesmas os combustíveis mais inflamáveis dos protestos. Como a face visível, fardada e armada, dos Estados, as polícias quase que de forma unânime em várias partes produzem uma resposta performática da falência da

* Silvia Ramos é cientista social e coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes.

representação política e da incapacidade de governos de responderem aos anseios de mais democracia, mais participação e mais direitos. As manobras típicas dos batalhões “de choque” nas ruas de diversas cidades do mundo geram uma perplexidade sobre algo que é tão familiar e tão estranho, que parece fora de lugar. Diferente dos jovens, que saíram do facebook, as polícias sequer “entraram” na linguagem virtual e encontram-se atônitas no meio de seu gás lacrimogêneo na passagem de um século para outro. O tema do controle das manifestações e da atuação policial deveria tornar-se mais presente no centro da discussão sobre novos padrões de democracia no momento atual, mesmo reconhecendo a diversidade dos fenômenos envolvidos na “Primavera Árabe”, nos “Occupy” ou no Brasil.

No caso brasileiro não estão em jogo apenas as tensões previsíveis e universais entre cultura juvenil e polícias. O Brasil é um país particularmente violento quando se observam indicadores como taxa de homicídios. São 50.000 assassinatos todos os anos, e há vários anos convivemos com essa cifra com certa naturalidade. As polícias são uma variável relevante para explicar a violência. Segundo o Anuário Estatístico do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2013, cinco pessoas são mortas pelas polícias diariamente no país. No Rio de Janeiro, houve períodos recentes em que as polícias mataram mais de 1.000 pessoas por ano. Atualmente as polícias fluminenses matam em torno de 400 pessoas num ano. Para padrões internacionais, mesmo de países violentos, a polícia brasileira é um ponto fora da curva em termos da letalidade produzida por sua ação. Em outras palavras, os números significam que mais de uma geração de jovens pobres mantém algum tipo de proximidade com o repertório de brutalidade policial que de alguma forma afeta sua disposição de relacionamento com a polícia num cenário de manifestações públicas. De outro lado, os números também dão uma dimensão da tradição de violência policial e do comprometimento desses profissionais, mesmos dos jovens recém-ingressos nas forças, aficionados à cultura de guerra que tornou-se epidêmica nas polícias brasileiras, com a adoção do modelo BOPE como paradigma de excelência. O funk do BOPE, celebrado no filme *Tropa de Elite* expressa bem o espírito: *Tropa de Elite osso duro de roer! Pega um, pega geral, também vai pegar você! Homens de Preto qual é sua missão? Entrar na favela e deixar corpo no chão. Homens de Preto o que é que você faz? Eu faço as coisas que assustam o Satanás!*

A violência criminal e a ação policial têm sido nas últimas décadas fortemente diferenciadas por áreas das cidades. Isso explica em alguma medida a tolerância com as

cifras de violência e de brutalidade policial. A violência, letal ou não, é extremamente concentrada por idade, gênero, raça e especialmente por territórios. Não ocorrem apenas diferenças entre centros ricos e periferias pobres, como acontece em muitas cidades do mundo. No caso brasileiro e em especial no caso carioca, nós nos habituamos a pensar os pedaços dos bairros separados em termos de violência e segurança. Durante décadas, foi normal ouvir tiros em Ipanema, o bairro mais rico do Rio de Janeiro, desde que os tiros acontecessem dentro das favelas de Cantagalo, Pavão e Pavãozinho. O mesmo pode ser dito sobre Leme, Botafogo, Tijuca e outros bairros abastados. Como sociedade, desenvolvemos uma seletividade sofisticada para identificar quando os perigos criminais e policiais eram normais ou anormais. A polícia, especialmente a Polícia Militar, também passou a agir de forma seletiva nas favelas ou nas áreas ricas, nos bairros pobres ou nas áreas centrais da cidade.

Assim como os demais setores da sociedade foi essa polícia –mergulhada na cultura da ação diferenciada por território – que foi flagrada desprevenida para enfrentar as jornadas de junho. Habituada aos padrões de excelência para enfrentar o crime com táticas de guerra, e sem que os Batalhões de Choque tivessem tido qualificações específicas nos últimos anos (por incrível que pareça, policiais dos batalhões especializados em controle de multidões foram treinados nos batalhões de operações especiais), as polícias brasileiras estavam “despreparadas” para as manifestações de junho. Em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e outras cidades verificou-se uma oscilação que impressiona pela semelhança. A intervenção policial ora pecou pela violência excessiva e brutalidade gratuita, ora pela omissão e paralisia, fazendo com que cenas de policiais agredindo de forma covarde manifestantes solitários se propagassem pelas redes como um incêndio, e apenas um dia depois permitindo que cenas de manifestantes violentos tomando conta de ruas e praças se multiplicassem. Tanto no Rio como em São Paulo, o excesso de força das polícias foi uma variável explicativa forte para a surpreendente multiplicação de manifestantes e a radicalização das demonstrações.

Contudo, em nenhum momento dos protestos de junho as polícias das grandes cidades confundiram suas ações nas favelas e periferias com sua missão nos centros das cidades. Não só os policiais dos batalhões de choque não agiram acionando a letalidade, mas também via de regra os policiais comuns dos batalhões da cidade contiveram sua tradição de uso da arma de fogo diante dos manifestantes, em situações tensas e inesperadas. De

alguma maneira, “as ruas” se assim é possível dizer, controlaram a ação policial e inibiram o uso da força letal. É claro que a politização do momento, o acompanhamento de perto dos movimentos de rua pela mídia e pelos dispositivos alternativos de transmissão ao vivo por *streaming* a partir de dentro dos protestos, o alto interesse político em jogo, tudo isso contribuiu para que as polícias fossem mais controladas do que em seu cotidiano, mas engana-se quem imagina que policiais perdidos, irritados e mal preparados nas ruas obedecem ao bom senso político. De certa forma, a geografia da violência pautou as polícias. A geografia que faz com que certas partes de cidade mantenham há anos taxas de homicídio de países que controlam as mortes violentas (por exemplo, Copacabana, com menos de sete homicídios por 100.000 habitantes) e outras áreas se assemelhem às cidades mais violentas no mundo (como Santa Cruz, com mais de 60 homicídios por 100.000). A despeito das cenas revoltantes de truculência com armamentos menos letais (spray de pimenta, bombas de gás, tiros de borracha, cassetetes e armas de choque), as ruas centrais foram via de regra respeitadas como espaços de preservação da vida.

É preciso lembrar que no caso do Rio de Janeiro, no mesmo período das manifestações, pelo menos duas operações policiais chocaram pela letalidade e ilegalidade, o massacre na favela da Maré, em 25 de junho, em que policiais do BOPE mataram oito pessoas numa operação com evidências de retaliação e vingança (as mortes estão sob investigação) e no caso do pedreiro Amarildo, morto pela polícia na favela da Rocinha.

De fato, a expressão *Onde está Amarildo?* foi incorporada a diversas manifestações, e não apenas no Rio de Janeiro, como se fosse uma anotação sobre a falta de legitimidade das polícias. No Rio, em alguns protestos viam-se inscrições do tipo *Na favela as balas não são de borracha*. Nas manifestações de junho, os jovens negros das favelas tiveram encontros policiais de um novo tipo. Encontraram-se com policiais nas ruas do centro da cidade ou das áreas ricas e viram tropas que tratavam de conter o uso da força letal. Se houve, por parte de escassos segmentos da mídia (e também por alguns intelectuais cariocas), a versão de que a violência nas manifestações teria origem nos mandos de traficantes das favelas, a verdade é que a versão não prosperou. E os jovens negros foram tratados, de modo geral, como os jovens brancos, os estudantes e os professores: ou seja, ora com truculência, ora com omissão. Nesse sentido, as manifestações de junho tiveram um papel civilizatório para as polícias e marcaram mudanças que talvez sejam históricas nas relações entre juventude e polícia, especialmente a juventude negra.

Se as hipóteses esboçadas acima fazem sentido, interessa perguntar quanto da agenda de mudança da estrutura da segurança pública e da reforma das polícias foi incorporada às possíveis agendas das manifestações, em 2013 e no futuro. Setores mais politizados do ativismo passaram a reivindicar a *desmilitarização da polícia*. Mas as indicações são incertas no sentido de que o problema da polícia tenha de uma vez por todas entrado nas pautas das reivindicações por mais democracia e mais direitos dos próximos anos. Para os moradores das periferias, para os jovens negros, a polícia mudou pouco desde a ditadura. Continua brutal e com poucos freios para controlar o uso da força, inclusive a força letal. Saberemos em breve, em especial diante das manifestações relativas à Copa do Mundo, se as reivindicações por mudanças estruturais no sistema de segurança ampliarão seu campo de apoio para além do punhado de especialistas e ativistas que luta por isso há duas décadas. Veremos se as reivindicações por polícias de ciclo completo e sem separação por patentes e cargos, e em especial a demanda por polícias desmilitarizadas e voltadas para a defesa dos cidadãos e não para a guerra fazem sentido para setores mais amplos da sociedade. Minha aposta é que as relações entre jovens e policiais, nas ruas, em manifestações, mesmo quando tensas, violentas e aparentemente fora de controle, tendem a contribuir para a inclusão da agenda da reforma das polícias na agenda democrática brasileira.